

ANÁLISE DE MARCOS REGULATÓRIOS SOBRE INTEGRAÇÃO DE REGIÕES FRONTEIRIÇAS ENTRE BRASIL, URUGUAI E ARGENTINA NO ÂMBITO DO MERCOSUL

Autor: Andressa Lopes Ribeiro
Orientadora: Heleniza Ávila Campos

QUADRO 01

LINHA TEMPORAL DOS MARCOS REGULATÓRIOS DO ARCO SUL DO MERCOSUL

	Ano	Programas e Agências	Legislação de Fronteira Brasil e Outros	Marcos Legais		
				Brasil	Mercosul	
Período 01	1956	SPVERFSP SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA FRONTEIRA SUDOESTE DO PAÍS				
	1960				ALALC ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO	
	1967	SUDESUL SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA FRONTEIRA SUDOESTE				
	1980				ALADI ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE INTEGRAÇÃO	
Período 02	1991		TRATADO DE ASSUNÇÃO	←	→ CRIAÇÃO MERCOSUL	
	1994		ACORDO DE RECIFE ACORDO DE OURO PRETO APROVAÇÃO ACI'S (ÁREA DE CONTROLE INTEGRADO)			
	1996				ADESÃO DO CHILE (ASSOCIADO)	
	1998		PROTOCOLO DE USHUAIA			
	1999				CRIAÇÃO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	
	2000	IIRSA INTEGRAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA	ACORDO VLT			
	2002	GAHIF GRUPO AD HOC DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA	ACORDO PARA A PERMISSÃO DE RESIDÊNCIA, ESTUDO E TRABALHO NA FRONTEIRA			ADESÃO DO PERU (ASSOCIADO)
Período 03	2003				NOVA AGENDA PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO (BRA+URU)	
	2004		ACORDO PARA COOPERAÇÃO POLICIAL EM MATÉRIA DE INVESTIGAÇÃO, PREVENÇÃO E CONTROLE DE FATOS DELITIVOSOS (BRA+URU)			ADESÃO EQUADOR E COLÔMBIA (ASSOCIADOS)
	2005	FOCEM FUNDO PARA CONVERGÊNCIA ESTRUTURAL DO MERCOSUL	ACORDO SOBRE LOCALIDADES FRONTEIRIÇAS VINCULADAS BRA-ARG			
	2006					ADESÃO DA VENEZUELA (MEMBRO)
	2008	UNASUL UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS				
	2009	COSIPLAN CONSELHO SUL-AMERICANO DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO				
	2011		ACORDO BRA-URG			INCORPORAÇÃO DO IIRSA COMO FÓRUM TÉCNICO DA UNASUL
	2012	PROGRAMA A2043 INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA (MI) PAE PLANO DE AÇÃO ESTRATÉGICO				
	2013					ADESÃO GUIANA E SURINAME (ASSOCIADOS)
	2015					ADESÃO DA BOLÍVIA (MEMBRO)

INTRODUÇÃO

O presente trabalho dedica-se à análise dos marcos legais, nacionais e internacionais, vinculados ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e referentes às regiões fronteiriças do sul brasileiro. O tema compõe um dos objetivos da pesquisa intitulada *Transfronteirizações na América do Sul: dinâmicas territoriais, desenvolvimento regional, integração e defesa nas fronteiras meridional e setentrional do Brasil*, sob coordenação do Prof. Dr. Aldomar Arnaldo Rückert, contando com apoio financeiro do Edital CAPES PRO-DEFESA/2013. Busca-se compreender o processo de estruturação legal das políticas de planejamento de integração regional em fronteiras, visando interpretar as principais mudanças de governança adotadas principalmente pelo Brasil, Argentina e Uruguai e considerando as diferentes posturas destes Estados Nacionais em relação ao tratamento dado as suas regiões fronteiriças.

METODOLOGIA

Sob a perspectiva de análise em que os marcos legais são estudados como produtos estruturantes do processo de regionalização em áreas fronteiriças, adotou-se como metodologia a análise de conteúdo focada em documentos referência sobre as regiões de fronteira; o desenvolvimento de políticas integradoras entre países, a citar Brasil, Uruguai e Argentina; e as estratégias de incentivo àquelas regiões, com investimentos em infraestrutura, planos de dupla cidadania de controle de mercados. A análise identifica três períodos que iniciam com a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Fronteira Sudoeste no Brasil em 1956, precursora das Superintendências Regionais de Desenvolvimento, culminando com a criação do Plano de Ação Estratégica vinculada ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) em 2015, períodos esses organizados no **Quadro 01**.

RESULTADOS

As avaliações preliminares permitem reconhecer que a criação do Mercosul (1991) tem incentivado a concepção e a implementação de políticas públicas específicas a regiões de fronteira, bem como melhoramentos e instituição de infraestruturas estratégicas para facilitar o comércio sul-americano e as estratégias de defesa, embora ainda de forma restrita. Essas políticas são essencialmente na construção de equipamentos, rodovias, e outros meios de infraestrutura de circulação, porém pouco tratam das relações de integração social e política entre esses países.

Ao perceber as dificuldades no estabelecimento de políticas multilaterais, segundo Carneiro & Lemos (2014), uma análise mais próxima indica que esse processo esbarra na falta de órgãos com jurisprudência sobre todo o bloco econômico, por exemplo. Percebe-se como indicadores, a dissociação entre estratégias internacionais de integração política, essencialmente setoriais, e os incentivos econômicos realizados pelo MERCOSUL e seus países para viabilização da circulação de capital, o que dificulta a integração a médio e longo prazo, sem perspectivas para as questões sociais, culturais e políticas das microrregiões de fronteira.

REALIZAÇÃO:

